

**As novas redes sócio técnicas elaboradas no processo de reterritorialização de comunidades tradicionais do Alto Jequitinhonha, MG**

**Viviane Guimarães Pereira<sup>1</sup>**  
**Eduardo Magalhães Ribeiro<sup>2</sup>**

**Resumo:** No Alto Jequitinhonha os lavradores possuem eficientes normas de gestão do ambiente e uma forma de organização humana específica. Este artigo investiga a situação de lavradores de comunidades rurais do Alto Jequitinhonha que foram realocados compulsoriamente de seus locais de origem: analisa o lugar das redes sociais, técnicas e comerciais e como estão vivenciando essa nova aprendizagem coletiva. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, realizando a coleta de dados por meio de desenho de mapas, conversação e diagrama de Venn. Os resultados indicam que as novas redes sócio técnicas exerceram grande influência nas mudanças de seus antigos sistemas produtivos.

**Palavras-chave:** redes sócio técnicas, território, agricultura familiar, Alto Jequitinhonha.

**Área Temática:** Economia Mineira

---

<sup>1</sup> Economista, doutoranda do Programa de Pós graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (PPGAD-UFLA). E-mail: vgpereira@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Economista, professor Associado II do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG), pesquisador CNPq. E-mail: eduardomr@dae.ufla.br

## 1. Introdução

O Vale do Jequitinhonha localiza-se no nordeste do Estado de Minas Gerais e pode ser dividido em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, sendo que alto e baixo possuem características geográficas e de ocupação histórica bastante distintas, e o médio Jequitinhonha, localizado entre ambos, mescla características de um e outro. A paisagem que se vê no Alto Jequitinhonha, ou região das minas, é uma seqüência de planaltos e vales, que ao mesmo tempo em que são diversos, se complementam: o relevo é marcado por espaços considerados opostos, coberto por vegetação diversa – o complexo grotas-chapadas.

Os planaltos, conhecidos regionalmente por **chapadas**, possuem variadas altitudes e uma vegetação típica do cerrado, sem recursos hídricos na superfície. Os vales, ou **grotas**, possuem variadas inclinações e profundidades, são as áreas úmidas, lugar de nascentes e córregos. Este rico complexo grotas-chapadas foi apropriado pelos agricultores de forma bastante particular, delimitando o espaço da produção da agricultura familiar da região.

As terras das chapadas, aquelas que não foram apropriadas pelas empresas reflorestadoras, são usadas, em boa parte das vezes, para a “solta” de animais e para o extrativismo, é o uso coletivo; este sistema de uso comum é típico de sociedades camponesas, e embora as análises considerem essas áreas como formas atrasadas, ou como vestígios do passado e condenadas ao desaparecimento, são elas que garantem a manutenção dos seus domínios territoriais. Já as terras das grotas são boas para lavouras, e nelas se situam as unidades familiares, que se localizam, sempre que possível, perto dos cursos d’água. Assim, o regime agrário na região combina áreas privadas, usadas para a lavoura e para moradia, com áreas comunitárias, usadas para o extrativismo e para a solta de gado.

Os agricultores do Alto Jequitinhonha possuem uma diversidade de conhecimentos sobre estes ambientes, sobre a natureza, conhecimento este que adquirem já desde a infância. E este conhecimento os torna eficientes gestores de recursos, capazes de produzir técnicas sustentáveis de produção e normas de gestão do ambiente: fazem suas lavouras analisando cada espaço ocupado e seu estoque de recursos. E é através deste vasto conhecimento, associado a normas costumeiras de regulação, herança, casamento e migração, que eles mantêm a estabilidade do uso do complexo grotas chapadas.

Com uma forma de organização humana específica sob vários aspectos, a população rural se organiza em comunidades, as quais, no Alto Jequitinhonha, apresentam características bastante específicas. Nelas prevalecem relações familiares, de vizinhança, solidariedade, compadrio e parentesco que servem para manter a estabilidade do uso do complexo grotas-chapadas, assegurando-lhes sua reprodução social. Toda a complexidade que permeia o processo de produção e reprodução social destes agricultores acontece num território específico, onde a terra é mais do que um espaço de produção agrícola, é lugar de vida e de trabalho. Os agricultores do Alto Jequitinhonha estão, pois, ligados aos seus territórios, e esta ligação permite defini-los como população tradicional.

Estas populações, que mantinham fortes laços de identidade com seus locais de origem e produziam/criavam formas próprias de utilização do território e de seus recursos, mediadas por códigos morais, relações de parentesco e vizinhança muito particulares, foram atingidas pela Barragem de Irapé e sofreram mudanças em sua organização social, econômica e cultural. Cerca de 3.000 deles foram realocados compulsoriamente de seus locais de origem. Provocadas pela iniciativa da UHE, organizaram-se e mobilizaram-se por mais de 10 anos na luta contra a construção da barragem e as desapropriações impingidas a elas. Após intensa e demorada negociação em defesa de seus direitos, em finais de 2005, com a barragem já instalada e licenciada para operação, conquistaram o poder de escolher as novas terras para onde seriam realocados e o direito ao apoio material e técnico para produzir.

Surge assim a questão de como esses grupos de agricultores se esforçam para conhecer, relacionar, controlar e se identificar com o território que passaram a ocupar. Para entender esse processo torna-se imprescindível compreender de que maneira estes agricultores tradicionais lidam com estes novos espaços de vida e produção, através de seu saber tradicional e das novas redes sociais que são construídas: como aprendem a plantar nas novas terras, onde buscam informações sobre preços, como aprendem a usar os recursos naturais que estão disponíveis no novo espaço, como dinamizam suas relações mercantis que antes se davam através de feiras livres e trocas diretas de produtos entre os agricultores, como constroem novas redes de reciprocidade?

O objetivo deste artigo é identificar as redes de relações entre os agricultores e entre eles e os agentes externos de diversos tipos: 1) compreender o lugar das redes marcadas pela reciprocidade e redes técnicas e comerciais, regidas por regras de intercâmbio e do mercado e 2) compreender a natureza dos novos espaços sócio-técnicos usufruídos pelas famílias e como estão vivenciando essa aprendizagem coletiva. A construção dessas novas redes influencia a reterritorialização e torna-se, assim, uma questão de relevância.

Nas páginas seguintes o artigo apresenta primeiro a metodologia. Em seguida é apresentada uma breve revisão sobre o tema na literatura, e por fim são discutidos os resultados da pesquisa.

## 2. Metodologia

Este artigo resulta de pesquisa realizada no ano de 2011 em seis reassentamentos de agricultores atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé, cujas comunidades estavam localizadas nos municípios de Botumirim, Cristália, José Gonçalves de Minas e Turmalina. Das seis comunidades pesquisadas, duas foram reassentadas nos mesmos municípios e quatro em municípios diferentes.

Quadro 1. Reassentamentos pesquisados, discriminados por denominação atual, comunidade de origem, município de origem e município de destino, 2011.

Reassentamento	Comunidade de origem	Município de origem	Município de destino
Nova Esperança	São Miguel	Cristália	Janaúba
Nova Esperança	Malhada e Peixe Cru	José Gonçalves de Minas e Turmalina	Francisco Dumont
Nova Esperança de Itacambira	Ouro Podre	Botumirim	Itacambira
Novo Horizonte	Degredo	Turmalina	Água Boa
Piedade	José de Barros	Cristália	Cristália
Bela Vista	Quebrabó, Palmito, Santa Maria e Bugil	Botumirim	Botumirim

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Das quatro comunidades que foram para municípios diferentes, três encontram-se situados fora do vale do Jequitinhonha e uma delas encontra-se na mesma região; Janaúba e Francisco Dumont localizam-se no Vale do São Francisco, o município de Água Boa está localizado no Vale do Rio Doce e Itacambira está na bacia do Jequitinhonha, na mesma região e próximo ao município de origem.

Esses reassentamentos foram o resultado de intensa negociação dos direitos dos atingidos durante a construção da barragem, em que houve ocupação da sede da empresa construtora – Companhia Energética de Minas Gerais, fortalecimento da organização das famílias atingidas pela

barragem e recurso à Justiça. O processo da construção da barragem de Irapé iniciou-se em 1990 e o seu desenrolar, que se arrastou por vários anos, causou grande desgaste econômico e moral às famílias atingidas. Depois de muita mobilização dos atingidos um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi mediado pelo Ministério Público Federal e assinado em julho de 2002. Desta forma, asseguraram diversos ganhos que normalmente não são freqüentes entre populações atingidas por barragens<sup>3</sup>. Entre estes ganhos estavam o direito de serem reassentados em terras que pudessem escolher, a partir de três opções oferecidas pelo empreendedor.

O fenômeno estudado – a reconstrução de novas redes sócio-técnicas -, por ser complexo e de natureza social, foi analisado a partir de pesquisa qualitativa, no contexto em que ocorre e do qual faz parte, e captado a partir da perspectiva dos seus próprios sujeitos. O estudo teve uma abordagem etnográfica, pois somente neste contato com o grupo de interesse foi possível compreender os significados que permeiam o fenômeno e influenciam o comportamento do grupo. A pesquisa etnográfica, originária da antropologia, pode ser entendida como a descrição dos eventos que acontecem na vida de determinado grupo e a interpretação do significado destes eventos para a cultura do grupo (Godoy, 1995). Sociedade e cultura são ferramentas conceituais muito importantes para esse tipo de pesquisa e que praticamente guiam o trabalho etnográfico. Viertler (2002), ao tratar de métodos antropológicos como ferramentas de estudos, afirma que “*é necessário compreender as ações e comportamentos sociais dos seres humanos em termos de referenciais culturais específicos ao seu contexto social*”, sendo imprescindível ao pesquisador, numa relação dialética, tornar-se mais consciente da forma que vivencia o mundo, para que tenha condições de impedir conscientemente interpretações do “outro” a partir de interpretações e significados de sua própria cultura.

Este artigo aborda a natureza dos novos espaços sócio-técnicos usufruídos pelas famílias e como estão vivenciando essa aprendizagem coletiva: como os grupos reassentados vêm reconstruindo suas novas redes em seus novos espaços de vida e de trabalho. Buscou-se aqui compreender o lugar das novas redes sociais marcadas pelas relações de vizinhança e o lugar das novas redes técnicas e comerciais, regidas por regras de intercâmbio e do mercado - onde acontece a troca de informações, com quem e o que eles aprendem, o que e como aprendem, o que incorporam do aprendido, o que refugam do que aprendem, o que ensinam, onde compram, onde vendem, onde trocam nos novos territórios ocupados.

Para tal, as ferramentas metodológicas mais importantes foram o desenho de mapas, a conversação e o Diagrama de Venn.

Num primeiro momento buscou-se, através de desenho de mapas, informações sobre a forma como as famílias vêm se baseando em novas redes de saber e como, a partir delas, vêm elaborando um conhecimento para construir a classificação/etnoclassificação do ambiente natural e dos recursos disponíveis; isso pôde revelar se as famílias tatearam antes para conhecer as terras e os recursos que dispõem. O desenho de mapas teve como objetivo principal identificar como as famílias estão utilizando as novas terras, e como estão, ou não, montando suas estratégias de uso no longo prazo, o que revelou os usos atuais das terras e porque assim foram construídos, ou seja, como foi sendo elaborado o conhecimento sobre o novo território para a ocupação do mesmo. Foram selecionadas para a elaboração dos mapas 5 famílias por reassentamento, o que equivale aproximadamente a 30% da população, mediante os seguintes critérios:

---

<sup>3</sup> Sobre processos de expropriação provocados por empreendimento hidrelétricos e conseqüências para as populações atingidas ver Grzybowski (1987), Sigaud (1992), Zhouri & Oliveira (2005).

- *Idade*: famílias cujos casais sejam mais recentemente formados e famílias cujos casais tenham sido formados há mais tempo, isto porque famílias mais antigas possuem filhos maiores que podem contribuir com o trabalho.
- *Indicadores de sucesso*: famílias cuja produção e patrimônio sejam maiores e famílias cuja produção e patrimônio sejam relativamente menores, para que não fosse utilizado somente casos de relativo sucesso ou de insucesso.

Após a identificação de como as famílias foram constituindo seus lotes familiares e de como foram aprendendo sobre o local, sobre onde se compra e se vende, sobre as relações técnicas e comerciais, foi usada a técnica de conversação. Campos (2002) afirma que no trabalho de campo, de caráter etnográfico, o pesquisador deve ter o cuidado de não questionar demasiadamente o informante, pois o diálogo é muito mais interessante que o questionamento, pois para ele “*quanto menos perguntas, melhor é*”; mas para isso é preciso ter ajustados os referenciais do diálogo, para que não se corra o risco de cometer equívocos de interpretação. Buscou-se, assim, compreender alguns temas importantes para a formação das redes sócio técnicas, aprofundando o entendimento de alguns deles que já haviam aparecido no desenho de mapas, como mercados, processamento industrial e assistência técnica, e abordando outros que ainda não haviam surgido, como religião, vizinhança, casamentos dos filhos e festividades.

Por fim, em alguns casos, foi utilizado o Diagrama de Venn<sup>4</sup>, que consiste na identificação de indivíduos e instituições e sua importância para a comunidade e como estão envolvidos, direta ou indiretamente, com o cotidiano do grupo. Após o levantamento de todas as instituições e pessoas que fazem parte da rede sócio técnica das famílias, discutiu-se a importância de cada um deles para o grupo. Foram selecionados 15 informantes-chaves nos reassentamentos em que a técnica foi aplicada, baseados nos seguintes critérios:

- Gênero e geração: homens/mulheres; jovens/mais velhos
- Papel de liderança: sujeitos que exerçam papéis de liderança e sujeitos que não exerçam.

Foi a combinação desses métodos que deu base às análises e discussões apresentadas neste artigo.

### 3. O tema na literatura

#### 3.1. Territorialidade

A agricultura familiar existe dentro de um território, que é multidimensional e que precisa ser entendido em sua completude. Esses territórios são espaços geográficos, políticos, sociais e econômicos em que estes sujeitos sociais executam seus projetos de vida, realizando sua existência. O território rural é o lugar de gente, de trabalho, de organização política, de produção, de mercado, de cultura, e isso tudo se desenvolve através de relações construídas e transformadas, onde agricultores se esforçam para conhecer, relacionar, controlar e se identificar com o espaço que ocupam. Abordar o rural através da noção de território é ampliar o olhar para além dos aspectos econômicos associados às atividades agropecuárias, e incorporar a dimensão social e política que o envolve (Fernandes, 2006; Schneider e Tartaruga, 2005).

---

<sup>4</sup> Essa ferramenta metodológica foi aplicada em alguns reassentamentos cuja reunião não atrapalhasse o andamento das atividades e o cotidiano das famílias. A escolha da ferramenta não foi pré estabelecida, mas decidida em cada momento da pesquisa, de acordo com cada realidade deparada, tendo-se o cuidado para que o método não engessasse a pesquisa, impedindo que se conseguisse um panorama mais amplo do fenômeno.

O conceito de território vem sendo amplamente utilizado por diversas disciplinas para análise da realidade social, com diversas linhas de abordagem. Num esforço de construir uma tipologia, já que existem várias formas de territórios, Haesbaert (2005) escreve sobre combinações entre funcionalidade e simbolismo existentes nestes espaços, utilizando-se de “tipos ideais”, num esquema genérico, dividido em território funcional e território simbólico. O primeiro seria aquele tido como fonte de recursos ou proteção e abrigo, e o segundo seria produto da valorização simbólica de uma coletividade. Sendo “tipos ideais” ou extremos, ele propõe que a conceituação incorpora estas duas dimensões, pois todo território com características mais funcionais tem sempre algo de simbólico, por menor que seja essa expressão, e todo território “simbólico” tem sempre algo funcional, por mais reduzido que também seja (Haesbaert, 2005).

Outra forma de abordar o tema do território foi construída pela antropologia. Esta usa o conceito vinculando-o mais às sociedades tradicionais e à dimensão simbólica. Pietrafesa de Godoy (1999), nesta perspectiva, ao tratar da função social da memória, faz uma associação com o território. A memória é o que liga o presente ao passado, o que foi ao que está por vir. “*O tempo familiar é permanentemente recriado pelo conhecimento transmitido, ritmado pela sucessão de gerações, introduzindo o indivíduo no seu vivido social*” (p.146). O trabalho da memória constrói uma história coletiva própria, em que estão contidos acontecimentos que marcaram a vida do grupo, e que se dá num espaço específico. A memória liga não só o presente ao passado, mas tem também o poder de ligar o grupo ao espaço vivido, fortalecendo os laços das pessoas, enquanto coletividade, ao território.

Nesta mesma linha, Little (2002) elaborou o conceito de *territórios sociais*, em que vincula os elementos sociais, simbólicos e rituais dos diversos grupos sociais aos seus respectivos ambientes biofísicos. Ele vai definir “territorialidade” como o esforço de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertido assim em seu território. Para ele há muitos territórios dentro de uma nação, que são denominados por ele como *territórios sociais*. Outro elemento fundamental que este autor traz para a compreensão dos territórios é a memória coletiva, que incorpora as dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, mas que nem sempre se refere a um lugar primordial de origem do grupo, e que pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos. Ser de um lugar não tem a ver necessariamente com etnicidade ou raça, mas sim com a relação com o espaço físico determinado, sendo a territorialidade uma força latente em qualquer grupo (Little, 2002).

Desta forma, os dois autores constroem a noção de território através: 1) do trabalho da memória, capaz de dotar o ambiente de simbolismo e significado, 2) da identidade do grupo, que é um produto histórico de processos sociais e políticos, mais do que uma relação com etnicidade ou raça, e 3) do esforço coletivo de ocupar, usar e controlar o ambiente. Mas eles mostram também que é no contexto do conflito que a conduta territorial aparece mais fortemente, em que a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo. É num contexto de pressão sobre o território de determinado grupo que a memória é ativada, criando solidariedades, produzindo identidades, construindo regras de pertencimento e exclusão, que delimitam as fronteiras sociais do grupo (Pietrafesa de Godoy, 1999; Little, 2002).

As populações rurais tradicionais caracterizam-se por uma noção precisa de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente. Fernandes (2006) se refere ao campo como espaço de vida onde se realizam todas as dimensões da existência humana, a partir das relações entre as pessoas e entre elas e a natureza (relação entre sistemas sociais e ecológicos), modificando a paisagem e construindo o território, em toda sua completude. Assim, o território é onde se produz economicamente, mas também é espaço de valores, cultura, tradições, símbolos e

conflitos; ele não se define apenas por limites físicos, mas sim pela maneira como acontece dentro deles a interação social (Tenório, 2008; Fernandes, 2006; Ortega, 2008).

O campesinato brasileiro é marcado pela busca da construção de seus territórios, como lugar de vida, baú da memória familiar, reproduzível para gerações posteriores. Mas a busca deste objetivo se depara historicamente com uma mobilidade constante, fruto da pressão exercida diretamente sobre eles através da exploração e expropriação produzida no desenvolvimento do capitalismo, isso permite dizer que os camponeses não são fixos, movem-se o tempo inteiro. Há a evidência de que o mundo camponês cria formas específicas de saber, de viver e de fazer: eles criam, revêem, e atualizam códigos próprios de relações sociais dentro do próprio grupo e também no contato com outros (Martins, 1990; Brandão, 1983).

### **3.2. Saber local e redes sócio-técnicas**

Toda produção material e simbólica do campesinato expressa sua própria vivência e possui uma lógica própria, que permeia todos os espaços da vida e do trabalho do campesinato. A aparente rusticidade deste saber tradicional esconde uma grande complexidade e um repertório de conhecimento, e a ausência de uma sistematização desse saber não invalida esses conhecimentos, que ao contrário do que possa parecer, não têm nada de estático, solto ou sem significado. Os camponeses desenvolvem não somente sistemas próprios de uso da terra para produção, mas também sistemas costumeiros de ciências sociais, humanas e jurídicas, que explicam o mundo e a vida coletiva. E não tem nada de ingênuo nisso, é um modo de pensar sobre a vida, com significado e eficácia (Brandão, 1983).

Sabourin (2001), ao tratar dos sistemas locais de conhecimento, afirma que os agricultores não separam os momentos técnicos dos sociais, e a identificação do sistema local de conhecimento é o primeiro passo para uma experimentação dialogada entre agricultores, técnicos e tomadores de decisão.

As populações tradicionais possuem uma maneira muito particular de representar, interpretar e agir sobre o meio natural, fazendo do uso da terra seu modo de vida. Este saber ambiental diz respeito ao conhecimento acumulado sobre, dentre outras coisas, os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua no corte de madeira e na pesca, o sistema de manejo dos recursos naturais, a inadequação de algumas atividades em determinadas épocas do ano para conservação de espécies. Esse conhecimento tem assegurado um uso adequado e sustentável dos recursos naturais, conservando os ecossistemas e gerando modos de vida equitativos. A relação com a natureza é, muitas vezes, de verdadeira simbiose e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural (Diegues, 2008)

Gómez-Pompa & Kaus (2000) afirmam que pouco se sabe sobre o conhecimento ambiental dos agricultores, e para que esse entendimento ocorra é preciso um aprendizado dos contextos e também da linguagem que as pessoas usam, compreendendo os conceitos utilizados por eles e as ações que eles consideram apropriadas. Os autores não afirmam com isso que todos os agricultores são sábios ou conservacionistas, mas chamam a atenção para o fato de que, em comunidades rurais, há um conjunto sistematizado de conhecimentos sobre o ambiente em que vivem. E esse conhecimento deve ser levado em consideração quando se discute políticas locais, o que normalmente não acontece, pois os agricultores raramente são incluídos na discussão.

Com relação à dimensão política do saber popular, Brandão (1983) argumenta que as comunidades camponesas até recebem as agências de mediação, às vezes usam, mas não necessariamente participam das propostas dos programas. Não necessariamente assumem os programas como sendo seus, e não necessariamente incorporam em suas vidas, sejam elas do governo ou de alguma organização da sociedade civil. Essa reação, que muitas vezes é vista pelos mediadores como apatia, é, na verdade, uma forma de resistência, de oposição de classe. Esta

resistência coletiva, que pode nem ser consciente na memória ou na fala do grupo, vem como resposta às práticas das agências de mediação, que invadem seus territórios de vida, trabalho e símbolos. Assim, o que estas agências conseguem é basicamente uma prestação de serviços limitada, sendo que mudanças previstas não se efetivam, só aparecendo mesmo nos relatórios de técnicos. A idéia de participação é, pois, quase sempre uma mistificação ou, no máximo, uma busca ou desejo. Em suma, as comunidades tradicionais usam os serviços oferecidos em proveito individual, familiar e comunitário (educação, saúde, habitação, e outros), mas resistem ao controle político que estas ofertas impõem.

Sobre isso, Sabourin (2001) afirma que os agricultores reconhecem os estímulos externos como sendo importantes, e apesar de não se interessarem diretamente por propostas vindas de fora, as identificam como oportunidade de diálogos técnicos. Ao abordar as redes sócio técnicas, ele afirma que elas não são constituídas somente por agricultores e não são exclusivamente locais: nestes espaços participam outros atores (comerciantes, professores, políticos locais, religiosos, técnicos, entre outros) e acontece entre eles e as cidades, as escolas, os centros de Pesquisa e Desenvolvimento e a agroindústria.

Assim, as comunidades rurais rejeitam o que é para ser rejeitado, usam o que é para ser usado e integram o que é para ser integrado. Não basta que uma técnica de produção agrícola funcione e aumente a produtividade para que camponeses a adotem e se juntem a uma equipe de agrônomos, acatando as novas idéias. No saber coletivo não existem espaços vazios a serem preenchidos pelos educadores, pode haver uma diferença de grau e lógicas de conhecimento, mas todo tipo de saber já existe ali, há cientistas populares, artistas, profissionais específicos, filósofos, educadores e alunos, mas o olhar que vem de fora muitas vezes não os vê. E mesmo quando aceitam e integram algum conhecimento vindo de fora em seu universo de cultura, ele só é efetivamente incorporado depois de passar por um processo de redefinição, da lógica erudita da agência de mediação para a lógica camponesa. Resiste-se a projetos dominantes de fortalecimento do povo como força de trabalho e de seu enfraquecimento como força de classe (Brandão, 1983).

No Alto Jequitinhonha os agricultores possuem uma diversidade de conhecimento sobre os ambientes e a classificação das terras é baseada em sistemas locais de conhecimento. Este sistema baseia-se na identificação do grau de fertilidade da terra através da observação da vegetação, dos tipos de plantas e do conjunto de árvores predominantes; e esta identificação é eficazmente construída pelos próprios agricultores (Galizoni, 2007a).

Sobre a outra dimensão da roça, que ultrapassa a produção material, Galizoni (2007b:30) afirma que

*“é um espaço importante para o relacionamento social interno à família e à comunidade. Lavouira é a forma e o lugar onde se consegue o mantimento para a alimentação da família. Para conseguir dinheiro, os lavradores fazem uma ‘traminha’, negócio. Lavouira, quase sempre, não se transforma em dinheiro; é onde se trabalha para adquirir alimentos e é também um espaço importante de socialização e reciprocidade dos homens e mulheres entre si e deles com a natureza”.*

Ribeiro *et al* (2005) descrevem os costumes rurais que definem o acesso aos recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, analisando como são construídas e praticadas as normas de apropriação e uso de recursos comuns. Os autores mostram uma outra lógica de regulação de recursos, em que os direitos à terra e aos recursos naturais são definidos pela ascendência e pelo trabalho, mas que se dá efetivamente através do conhecimento da natureza, conhecimento este que os agricultores adquirem já desde a infância. É este conhecimento que os tornam eficientes gestores de recursos, capazes de produzir técnicas sustentáveis de produção e normas de gestão do ambiente, em que existem fortes indicadores para plantio, num método inverso



e mais eficiente do que a própria ciência dos solos. Assim, o conhecimento do ambiente é a base da regulação.

*“E é por conhecerem a terra e os diversos cereais, as madeiras e seus usos, as plantas úteis para saúde e alimento, por saberem quais são seus ciclos e preceitos, que esses lavradores(as) podem classificar bens e recursos para hierarquizar os direitos de acesso. O conhecimento do meio é a base de toda a regulação: regulam porque conhecem”* (Ribeiro et al, 2005:14).

As normas e os costumes, que não estão escritos em lugar nenhum, transformam-se em história viva e norteiam as práticas, acompanham as famílias do nascimento à morte, são vividas diariamente. A noção de pertencimento constrói os territórios, mas também é no encontro com o outro, que é de fora, que emerge a valorização da cultura, do lugar e das práticas costumeiras, que muitas vezes encontram-se escondidas dentro da comunidade (Ribeiro et al, 2005).

#### **4. Resultados**

Este artigo analisa as mudanças nas redes sócio-técnicas de seis comunidades de agricultores tradicionais do Alto Jequitinhonha (MG), atingidos pela Barragem de Irapé (UHE Irapé). Estas comunidades eram compostas por famílias que mantinham fortes laços de identidade com seus locais de origem, produziam/criavam formas específicas de utilização do território e de seus recursos através de um manejo marcado pela interação e transformação mútua constantes entre homem e natureza viva, apropriando-se do complexo grotas-chapadas para produzir, através de regime agrário que combinava áreas privadas usadas para a lavoura e para moradia (grotas), com áreas comunitárias para extrativismo e solta de gado (chapadas). Essas formas específicas de apropriação do território foram sendo construídas ao longo do tempo, através de gerações, e a partir de um profundo conhecimento local.

Estas comunidades também caracterizavam-se por uma lógica econômica que não era determinada pela busca da produtividade elevada, e as condições de reprodução sócio econômicas eram marcadas por relação mercantil que se dava através de feiras livres, trocas diretas de produtos entre os agricultores, pagamento de trabalho em espécie e outros. Ainda que as famílias agricultoras comercializassem seus produtos agrícolas e não agrícolas, não era essa dinâmica comercial que direcionava e organizava a produção. Além disso, possuíam uma rede de conhecimentos construída e alimentada endogenamente, com formas e técnicas de cultivo específicas; este conhecimento era coletivamente aceito e seguido, mudando ao longo do tempo. Dentro desta lógica tradicional prevaleciam relações familiares, de vizinhança, de solidariedade, de compadrio e de parentesco, com formas de participação política estabelecidas no respeito a normas costumeiras e consuetudinárias, construídas pelo coletivo. Enfim, eram comunidades baseadas em um sistema tradicional de reprodução camponesa, capaz de assegurar-lhes sustentação socioeconômica e cultural.

O processo da construção da barragem de Irapé iniciou-se em 1990 e o seu desenrolar, que se arrastou por vários anos, causou grande desgaste econômico e moral às famílias atingidas. Depois de muita mobilização dos atingidos um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi mediado pelo Ministério Público Federal e assinado em julho de 2002. Em dezembro de 2005 o empreendedor obteve a licença de operação e iniciou-se o enchimento do reservatório. As famílias atingidas pelo barramento do rio Jequitinhonha, após longos anos de intensa organização, mobilização e negociação com o empreendedor conquistaram o direito de serem reassentados em novas terras e também o direito de escolher, entre três opções, em quais terras seriam reassentados. A mudança dos atingidos para as áreas dos reassentamentos iniciou no ano de 2005, sendo que para os atingidos da margem direita do rio o módulo fiscal estabelecido foi de 40 hectares por família, e para os atingidos da margem esquerda o módulo fiscal foi de 50 hectares por família. O

deslocamento compulsório destas famílias implicou na construção de novas relações nos novos espaços para onde foram reassentados, num esforço para construir suas novas bases materiais e imateriais. Estes novos territórios são muito diversos dos seus antigos espaços de vida e de trabalho, que era associado ao complexo grotas-chapadas, e que era determinante para a definição de suas condições de produção e reprodução social.

Alguns grupos optaram por serem reassentados fora de seus municípios de origem, priorizando a qualidade das terras, e outros grupos optaram por terras que estivessem no município de origem, mesmo que muitas vezes não possuíssem a qualidade desejada, priorizando a manutenção das redes de relação estabelecidas dentro do município. O universo da pesquisa pôde ser dividido entre aqueles que permaneceram e aqueles que saíram dos municípios de origem: dos seis reassentamentos pesquisados, dois estão localizados no mesmo município e quatro deles saíram de seus municípios de origem. Destes quatro que mudaram de município, três foram para regiões com características sócio-ambientais diferentes, e um deles – o reassentamento localizado em Itacambira – está na mesma região de origem.

Quadro 2. Reassentamentos pesquisados, discriminados por denominação atual, município, região e número de famílias, 2011.

Reassentamento	Município	Região	Nº de famílias
Nova Esperança	Janaúba	Vale do São Francisco	18
Nova Esperança	Francisco Dumont	Vale do São Francisco	20
Novo Horizonte	Água Boa	Vale do Rio Doce	19
Nova Esperança de Itacambira	Itacambira	Vale do Jequitinhonha	14
Piedade	Cristália	Vale do Jequitinhonha	10
Bela Vista	Botumirim	Vale do Jequitinhonha	40

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

De uma maneira geral, tanto a mudança de região quanto a permanência implicaram em mudanças nas cadeias de relações pessoais, no conhecimento local e na rede de serviços usada pelos reassentados, muito embora os resultados tenham sido distintos neste processo de reterritorialização. Cada grupo estabeleceu novas redes de relações sócio-técnicas específicas, que passaram a influenciar seus modos de vida e de trabalho, pois ao saírem de suas terras de origem para os locais de reassentamento houve um desencontro entre seus saberes tradicionais, que precisou ser revertido, num esforço para aprenderem sobre o novo local, reconstruírem referências em suas redes sócio-técnicas e atualizarem seus saberes no novo espaço.

Para os reassentamentos que se deslocaram para municípios fora do Vale do Jequitinhonha, com características diversas, as mudanças foram bastante significativas, visto que além da reconstrução de referências para lidar com as novas terras também tiveram que adequar relações de outra natureza, como as de reciprocidade e as comerciais. Os novos padrões foram determinados não somente pelos novos ambientes, tão diversos do ambiente original desses grupos, como também pelas redes de relações que os grupos foram estabelecendo. De uma maneira geral, estes novos sistemas de produção basearam-se no uso de insumos vindos de fora, num sistema comparativamente mais integrado aos mercados do que o sistema de produção tradicional destes grupos: exigiu maquinário, sementes, adubo químico, defensivos, numa combinação que variou em cada um deles, de acordo, principalmente, com as características da região, pois cada uma delas está ligada de maneira específica a este padrão moderno de agricultura.

Em Janaúba os reassentados, por estarem em região de grandes criadores de gado de corte, passaram os primeiros anos tentando incorporar esse padrão, mas com o tempo acabaram rejeitando-o por perceberem as desvantagens que ele trazia para suas vidas, e trocaram, assim, o gado nelore pelo mestiço, mais adequado às suas condições materiais. Tiveram esse desajuste nos primeiros anos, mas readequaram-se a um padrão mais próprio para eles, embora seja um padrão bastante diverso do original, tendo em vista que houve uma forte tendência à pecuarização.

*“Se você quiser acompanhar fazendeiro você não fica aqui, não. (...) Você tem que ir pelo seu porte. (...) Os que resolveram mexer com nelore já trocaram o gado todo, porque prá pequeno não compensa. Ninguém no reassentamento cria gado na cocheira, é só no capim mesmo, não tem ração ou silo. A vaca pura de leite também sai muito cara, porque tem sempre que colocar remédio nela, tem que dar ração, e o que você apura com o leite não compensa; o melhor é mesmo a mestiça”.* (Sr. Domiciano, Janaúba)

O grupo incorporou também um novo padrão tecnológico para a agricultura (trator, veneno, adubo), resultado das novas redes estabelecidas, principalmente com a grande fazenda. Como a região em Janaúba é de grandes fazendas, novas estratégias de uso da terra foram desenhadas, seguindo uma forte tendência ao uso de insumos vindo de fora.

No reassentamento em Água Boa o novo padrão produtivo também sofreu influência das novas redes sócio-técnicas que foram sendo construídas ao longo dos primeiros anos. Este novo padrão se distanciou ainda mais do antigo, se comparado com os outros grupos pesquisados: a região é formada por grandes fazendas de café, e isso os colocou em contato com uma nova forma de produção, o que mudou drasticamente suas formas de pensar e agir sobre a lida com a terra. Muito mais do que uma tendência à pecuarização, houve uma forte tendência para a produção do café.

*“Hoje o café ele é um gasto grande que a gente tem, eu por exemplo tenho pouco plantado, eu tenho umas cinco mil covas plantadas, a gente gasta, é um gasto todo ano, mas a gente tem que fazer as contas prá ver se tá sobrando alguma coisa. Então, mesmo com todo gasto que tem, quando ele produz ainda sobra alguma coisa.* (Sr. Geraldo)

*“(...) teve os morador daqui que mexe com café, a gente pegou muita idéia com eles do que precisava prá poder formar o café. (...) Eu trabalhei numa fazenda e comecei a entender que o café aqui é uma boa fonte, aí eu achei que era bastante interessante”* (Sr. João)

Os desajustes com o lugar em Água Boa, principalmente com relação à qualidade da terra, foram enfrentados através da incorporação de um novo jeito de se fazer agricultura, o que acabou criando entre eles a idéia de que o que faziam antes era *“mais atrasado”* e de que agora estão lidando com a terra de uma maneira correta, *“mais moderna”*. Assim, as novas relações sociais que foram se construindo tiveram grande influência no que diz respeito ao novo padrão produtivo do grupo, ou seja, especificamente na incorporação de maquinário, insumos químicos e venenos na lavoura, que é a forma predominante na região.

*“No período de dois anos a gente já tava sabendo o sistema da terra, aqui tem que ter tecnologia nela senão não produz, tem que por calcário, adubar bastante, aí a produção sai bastante”.* (Sr. Adriano)

Além disso, os reassentados também receberam influências no sentido de modernização da agricultura através de agentes técnicos envolvidos no processo do reassentamento. Este reassentamento foi o único em que a assistência técnica desempenhou um papel mais incisivo no tocante à produção, influenciando suas formas de lidar com a terra, pois em todos os demais grupos

pesquisados, essa mesma assistência limitou-se, principalmente, à elaboração de projetos produtivos para a captação de recursos.

*“Aqui sem adubo se plantar não sai nada, se plantar com pouco adubo já não dá, já vê diferença, não prospera. Nós mais ou menos já ouvia falar, também a Cemig já deixou o adubo pro povo plantar, já explicou que a terra não dava, não funcionava sem adubo. Aqui nenhuma parte sai sem adubo, só o andu que sai, mais nada não sai. O milho se plantar ele queima, o feijão também não sai”.* (Sr. Geraldo)

No reassentamento em Francisco Dumont as novas redes sócio-técnicas também influenciaram mudanças no padrão produtivo, mas embora o grupo tenha ido para outra região – o vale do São Francisco -, esse novo padrão carregou consigo elementos importantes da antiga forma de lida com a terra, numa mistura do conhecimento tradicional com regras e elementos que antes não faziam parte do grupo. O grupo integrou o que dava para ser integrado e rejeitou aquilo que deveria ser rejeitado, de acordo com sua lógica interna, num esforço de construção e reconstrução de referências.

*“Tem que fazer um jeitinho o que for mais econômico, se tem gente parado tem que dar a ele serviço em casa, tem que pegar na foice, porque nós não vai pagar a máquina e ficar parado, olhando ela trabalhar, nós tem que olhar o que tá parado e por prá trabalhar, porque é uma economia”* (Sr. Geraldo)

Entre os reassentados de Francisco Dumont não houve uma incorporação de um padrão equivalente ao dos grandes fazendeiros, como em Janaúba e em Água Boa. Ocorreu uma mudança do estatuto produtivo desses reassentados, que qualifica determinados processos (principalmente o uso do trator) e desqualifica outros (roça de toco, cultivo de auto-consumo), mas esta desqualificação não eliminou a validade de seus saberes tradicionais, e isto pôde ser percebido de diversas formas: seja através da busca por terras de cultura dentro de seus lotes, mesmo indo de encontro das áreas delimitadas pelos agentes responsáveis pelo acompanhamento técnico do grupo, seja pelo uso de sementes de paiol, seja pela rejeição ao uso de defensivos e adubos químicos em suas lavouras.

*“Aqui num ponto é melhor, você paga, você tira do seu bolso e paga, você paga quem ara. Agora prá plantar é a mesma coisa, é na mão, é na catraca, aqui é o menino que planta na catraca, mas a terra é boa, mas só que é prá gado mesmo. Lá era roçando, de foice, machado, aqueles ‘pausão’ grosso, cortava de machado, ninguém devia ninguém, era livre, todo mundo trabalhava, punha fogo, queimava aquilo lá, cortava as coivara tudo, fazia as coivara e chegava fogo. E quando chovia dava mantimento, mas como dava!”* (D. Durvalina)

Já nos reassentamentos que permaneceram no mesmo município (Botumirim e Cristália), ou na mesma região (Itacambira), as novas redes sócio técnicas não determinaram mudanças tão incisivas nos novos sistemas produtivos destes grupos. As mudanças que ocorreram foram mais em função das terras recebidas, e foram restritas pela baixa capacidade de sustentação de padrões mais modernos de produção. Estas famílias receberam terras com baixa fertilidade e com pouco capital ecológico disponível: áreas degradadas pelos antigos donos. Como as formas de sustentação de padrões modernos de produção exigem renda em dinheiro para montá-los e mantê-los, e depende diretamente da capacidade da unidade familiar gerar uma renda em dinheiro que o sustente, estes grupos não conseguiram bancar este tipo de sistema produtivo, levada até eles pelos agentes responsáveis pelo reassentamento.

*“A gente não compra mais adubo porque a situação da gente não dá, fica caro. E não compensa, não. Se a gente compra o adubo, ele tá a 80 reais a mala, é caro, não é?! Custa 80 reais a mala, e se dá um bom tempo a gente colhe, mas quem pode saber se dá um bom*

*tempo ou não? É só Deus, a gente não adivinha. E se dá um tempo ruim aquilo morre tudo. Então a gente pensa comprar e ficar perdido, e a gente pensa em não comprar e perder a roça de novo. Então a gente vai jogando assim mesmo. Se der um tempo bom a gente colhe alguma coisa sem ter que gastar, porque a gente já não tem, e gastar o que tem... Fica difícil” (D. Santa, Cristália)*

Com isso, a aprendizagem sobre novas formas de lidar com estas terras de qualidade inferior se deu através da vizinhança local, composta por pequenos agricultores. Em Itacambira a vizinhança possui perfil econômico semelhante ao do grupo, e mesmo aqueles que possuem uma melhor condição não são muito destoantes dos reassentados, “*a região tem um pessoal remediado, não é de grandes fazendeiros*”. O mesmo acontece entre os reassentados de Cristália (Comunidade Piedade) e Botumirim (Reassentamento Bela Vista). O fato de estarem no mesmo município, ou na mesma região, é visto de uma forma positiva entre os reassentados.

*“Você conviver no meio de muito ricão é até muito perigoso... Como nós aqui, como se diz, quase a classe nossa é de um tipo só, eles não pôde comigo.” (Sr. Natal de Barros, comunidade Piedade)*

Com o encarecimento nas formas de se produzir, os reassentados foram adaptando estes novos padrões às suas próprias condições, já que não possuem renda suficiente para arcar com o padrão difundido pelos agentes externos de desenvolvimento dos reassentamentos. Assim, o modo de plantar passou a ser outro, incorporou-se o que era viável e rejeitou-se o que era incompatível com seus modos de vida. Também houve a tentativa de usar mais adequadamente e de forma mais sustentável os recursos naturais das áreas que passaram a ocupar, numa tentativa de conservar os ambientes para que gerasse modos de vida que fossem possíveis de serem sustentados num espaço de tempo maior.

*“A gente deixa ficar bem suja a terra, aí vai e tomba com o mato e tudo, pro mato dar adubo prá terra, entendeu como é? Porque se a gente for carpir, tem que juntar o cisco e queimar, e aquilo vai só tirando o adubo da terra, então a gente deixa a terra sujar prá depois tombar. A gente deixa sujar a terra prá gente passar o trator por cima do mato, pro mato virar adubo” (D. Santa, Comunidade Piedade)*

Assim, as mudanças nos padrões produtivos, no caso de reassentamentos que se mantiveram nos municípios, foram, em grande parte, conseqüências das mudanças na qualidade das terras que passaram a dispor. Tendo em vista que estas terras eram de baixa qualidade, as novas redes de relações estabelecidas contribuíram para compreender a natureza dos novos espaços, no esforço para a reconstrução de referências na lida com a terra. E mesmo que os agentes de desenvolvimento, através da assistência técnica tivessem levado até os grupos desenhos de novos padrões produtivos, eles incorporaram o que poderia ser compatível com eles, ao mesmo tempo em que rejeitaram aquilo que era para ser rejeitado.

A mudança de ambiente, principalmente a mudança na qualidade das terras que passaram a dispor, exigiu deles um trabalho de construção e reconstrução de referências, através das novas redes de relações que foram sendo estabelecidas entre eles e os sujeitos do próprio local. E estes sujeitos, embora em condições de vida material mais ou menos semelhantes, já que os reassentados mantiveram-se na mesma região, utilizavam-se de técnicas de produção diferentes, e acabaram por exercer grande influência na construção dos novos sistemas produtivos. Os reassentados passaram a integrar algumas formas produtivas utilizadas pelos agricultores vizinhos - aquelas consideradas importantes diante dos novos tipos de terras - num esforço para redefinir novos padrões a partir do próprio conhecimento sobre a lida com a terra.

*“A gente prestava atenção: muitas vezes a gente falava assim ‘ah, o pessoal nem plantou roça, tá cuidando de terra agora, quando será que eles planta roça aqui?’. Aí quando*

*chegava lá o final do ano tava os povo plantando roça, e as roça deles dava muito milho e a gente ficava 'por que será que eles planta nesse tempo?', e a gente ficava naquela pressa, só chover e era aquela pressa de plantar. Aqui, não, aqui só tem que plantar mais tarde”(D. Piedade, Itacambira)*

Desta forma, terra - em tamanhos maiores e qualidade inferior às terras de origem em que estavam habituados a tocar suas lavouras - e vizinhança - formada por agricultores familiares - foram responsáveis por mudanças nos padrões produtivos entre os reassentados que ficaram no mesmo município ou na mesma região. No caso destes grupos, mais do que uma substituição do antigo padrão produtivo através dos estímulos externos dados pelos agentes responsáveis pelo desenvolvimento dos reassentamentos<sup>5</sup>, o que houve foi uma readequação de seus antigos padrões aos novos ambientes que passaram a dispor.

Porém, entre todos os reassentamentos pesquisados, tanto os que permaneceram quanto os que mudaram de região, os novos modos de produção deixaram de se basear nas “roças de toco”, que é um sistema de lavoura que predominava nas terras de origem e que combinava rotação de terra (sistema de pousio) com brotação natural da vegetação para manter a fertilidade da terra e que garantia, assim, a produção de mantimentos e conservação dos recursos naturais. Nos reassentamentos esse sistema deixou de ser utilizado, tendo em vista que são terras diferentes daquelas terras de “cultura” em que conduziam suas antigas lavouras; e diferentes ambientes pressupõem diferentes sistemas de produção, que passam a incorporar princípios e regras que advêm de contatos com novos sujeitos, na elaboração de novas redes sócio técnicas.

Em todas as comunidades pesquisadas houve mudança nas formas de produção material e imaterial das famílias, reflexo dos novos ambientes ocupados e das novas redes sócio técnicas que foram sendo construídas; contudo essa mudança ocorreu em diferentes proporções, de acordo com as terras e a região para onde foram realocados. Mesmo os grupos que permaneceram no município ou na mesma região passaram por significativas mudanças em seus sistemas produtivos, reflexo mudança do tipo de ambiente que passaram a dispor, pois embora estivessem na mesma região, os ambientes variaram muito, sendo muito diferentes do complexo grotas-chapadas a que estavam habituados a produzir.

*“A dificuldade é que aqui em cima a gente até trabalha de enxada, até consegue, mas lá mais pro lado da margem do rio a gente não consegue, a gente trabalha, mas o serviço não rende de enxada, é somente prá carpir, porque prá poder tombar a terra igual a gente fazia lá na roça, lá na origem... porque nós levava tudo na base na enxada. (...)A parte cá em cima a gente até vai na enxada, não é muito bom, não, mas a gente vai assim mesmo; mas a parte mais em baixo não vai, é duro, né?!” (Toni Baiano, Itacambira)*

Assim, as diferenças na elaboração dos novos sistemas produtivos entre os grupos reassentados foram o reflexo das diferenças na qualidade das terras e as diferentes características de cada região para onde foram realocados. Com isso as novas redes sócio-técnicas foram construídas pelos reassentados de formas diferentes em cada novo local. Eles vêm incorporando aquilo que dá prá ser incorporado e rejeitando aquilo que não lhes convém, através de uma troca de conhecimentos que acontece entre eles e o local para onde foram realocados. É importante considerar que as mudanças nas formas de se fazer lavoura, utilizando insumos vindos de fora (máquina, adubo, defensivos, sementes) é mais do que uma mudança de técnica, é sim uma mudança na relação com os bens e os recursos.

---

<sup>5</sup> Todos os grupos reassentados receberam assistência técnica durante os quatro primeiros anos pelo empreendedor, através da Emater-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, garantida através do Termo de Ajustamento de Conduta.

Mas assim como sofreram influências dos sujeitos locais, os reassentados também exerceram influência sobre eles: foi uma via de mão dupla, onde se aprendeu, se ensinou, influenciou e foi influenciado. A construção das redes sócio-técnicas é um processo constante, que segue todas as direções, principalmente entre sujeitos que possuem semelhantes condições materiais, como nos casos em que os reassentados permaneceram no Alto Jequitinhonha. Um exemplo que deixa isso bastante evidente é em Itacambira, onde a vizinhança não tinha o costume de plantar o andu, e quando viram que os reassentados plantavam e colhiam, passaram também a tocar esse tipo de lavoura, e atualmente *“todo mundo tem sua roça de andu na vizinhança”*.

Outro exemplo é em Água Boa, onde os reassentados exerceram grande impacto entre os agricultores da região, empregados das fazendas, com pequenas glebas de terras para trabalhar para si, que só lidavam com o café, e não produziam nada para o auto consumo. Quando os reassentados chegaram à região e tomaram conhecimento dessa realidade buscaram entender o que acontecia: *“a gente chegou a ficar esmorecido porque a nossa tradição é lavoura branca e o pessoal falava que lavoura branca não saía, que aqui era gado e café”*. Dessa forma, os reassentados passaram a tocar suas lavouras independentes do que observavam na região, da vizinhança, e do que era dito sobre a possibilidade da terra. Eles seguiram seus costumes e passaram a fazer suas roças, embora sob novos padrões, guiados pela forma com que começaram a mexer com lavoura de café, e a vizinhança ao ver o grupo recém chegado plantando e colhendo, foram influenciados e atualmente trabalham com lavouras para o consumo interno.

Desta forma, novas redes sócio técnicas foram sendo construídas e tiveram grande importância no que diz respeito às mudanças nos sistemas produtivos dos grupos reassentados, que por sua vez variaram de acordo com o local para onde foram realocados. Mas, se por um lado, os reassentados que optaram por terras de melhor qualidade, mesmo longe de seus locais de origem, conseguiram montar e manter os novos sistemas produtivos, por outro lado sofreram com a perda das relações de reciprocidade diante de uma nova realidade com padrões socioculturais tão diversos, baseada em outra lógica de comportamentos. Já os reassentamentos que se mantiveram na região conseguiram manter parte da antiga cadeia de relações que possuíam, aproveitaram grande parte de seus conhecimentos locais, e continuaram a utilizar uma mesma rede de serviços. O fato de terem permanecido no município de origem lhes garantiu a manutenção, ou a facilidade de adaptação, às novas relações de reciprocidade, técnicas e comerciais.

*“Agora a gente já conhece todo mundo: de Toazinho, Padre Filipe, Canta Galo, Folha Larga, que é as comunidades mais vizinhas, não tem quem não conhece, não. (...) Três meses em diante já estava todo mundo vizinho, conhecido, amigo.”* (D.Edna, Botumirim)

Para aqueles que foram para regiões diferentes, a cadeia de relações tornou-se bastante restrita, havendo uma resistência dos vizinhos e também dos moradores das sedes dos municípios, que a princípio não compreendiam a história da chegada dos grupos na região. *“Nem a gente conhecia eles, nem eles conhecia a gente, e eles ficava com medo de ganhar galope da gente. (...) Confundiam a gente com os sem-terra”* (João, Francisco Dumont). Onde o estranhamento não aconteceu por parte da vizinhança, acabou acontecendo por parte dos próprios reassentados: alguns grupos tiveram uma chegada receptiva (*“nós chegou aqui num sábado e no domingo já chegou um pessoal aqui prá fazer visita prá nós”*, Zarinha – Água Boa), mas por desconhecem a região se isolaram nos primeiros anos, não retribuindo visitas e afastando-se de certa forma dos vizinhos de fora.

Assim, as relações sociais foram estabelecidas entre a vizinhança, que é dividida em todos os reassentamentos pesquisados entre *“vizinhança de dentro”* e *“vizinhança de fora”*. Os vizinhos de dentro são aqueles que faziam parte da mesma comunidade de origem, *“foi criado tudo junto”*, embora exista alguns casos em que o grupo tenha sido formado por famílias de diferentes comunidades de origem, mas que possuíam relações de parentesco ou proximidade. O fato de terem

conquistado o direito de manterem, em grande parte, as mesmas relações de vizinhança que tinham na origem, evitando a pulverização das mesmas, foi muito importante para que as relações sociais não fossem completamente destruídas pelo processo de desalojamento a que foram submetidos, “*o que foi mais fácil foi que as famílias veio junto, então a gente não tava tão desamparado, tão sozinho*” (D. Durvalina, Francisco Dumont). Já a vizinhança de fora é aquela formada por moradores que estavam no local antes do grupo chegar: sejam empregados das grandes fazendas, sejam agricultores familiares com características semelhantes a do próprio grupo.

Com relação às novas redes comerciais que os grupos reassentados foram estabelecendo, houve uma diferença significativa entre os grupos pesquisados. Para os grupos que se deslocaram para regiões fora do Jequitinhonha, as relações comerciais também se diferenciaram entre si, mas o que foi comum entre eles, nos primeiros anos de adaptação, foi o fato de estarem com o dinheiro das indenizações em mãos, facilitando as compras. Por outro lado, para venderem seus produtos encontraram grandes dificuldades, principalmente em Janaúba, onde “*existe uma relação boa prá comprar do comerciante, mas não existe uma relação boa prá vender prá ele*”. Em Francisco Dumont depois dos dois primeiros anos passaram a comercializar através da feira local, que é tão nova quanto o grupo reassentado no município; também passaram a vender para os comerciantes locais, que começaram a reconhecer e a comprar seus produtos. Em Água Boa o grupo reassentado passou a construir suas redes comerciais no município vizinho – Capelinha-, que é maior e possui uma economia mais dinâmica, além de ser um município conhecido entre os reassentados, tendo em vista que é vizinho do município de origem do grupo (Turmalina); com isso não tiveram dificuldades de dinamizar suas redes comerciais, embora não tenham sido no município de destino, e sim vizinho a ele.

*“O mercado em Capelinha é muito grande, consumidor, e um dos grandes problemas de Água Boa é esse: tem até gente que frequenta a feira, mas não aparece o dinheiro, a cidade tem pouca movimentação de dinheiro”* (Sr. Adriano, Água Boa)

Nos reassentamentos que permaneceram no mesmo município ou na mesma região, as relações comerciais tornaram-se mais fáceis, isto porque as vias de acesso que levam as famílias até as estradas tornaram-se mais viáveis. Assim, as relações comerciais são apontadas pelos grupos que permaneceram na região como uma grande vantagem que obtiveram. Consideram que a respeito da possibilidade de comercialização estão bem melhores do que estavam nas terras de origem, já que lá tinham muitas dificuldades de acesso: as grotas onde moravam eram muito fundas e tudo aquilo que compravam ou vendiam fora era carregado por longas distâncias nas costas.

*“Olha prá você ver o tanto que melhorou: lá tinha que levantar três horas da madrugada, subir um mundo velho de morro, subir num caminhão, ir em Botumirim, comprar as coisas, descer o morro com a sacaria toda na cabeça. Se não desse prá descer tinha que deixar pro outro dia, na chapada”* (Edna)

Assim que chegaram ao reassentamento vários vendedores se apresentaram às famílias, nas portas de suas casas, para venderem produtos, e como no primeiro ano a produção foi pequena, devido ao fato de terem chegado nos reassentamentos tarde para o plantio (novembro), houve necessidade de comprarem grande parte dos alimentos que consumiriam. Essas compras foram facilitadas pelo fato de estarem com as indenizações nas mãos e pelo fato de comerciantes entregarem nas portas das casas. “*No dia que eu cheguei aqui no outro dia chegou um caminhão de feira aqui*” (Sr. Juvenal, Botumirim).

Dessa forma, nos novos espaços de vida e de trabalho destes grupos de agricultores, novas redes de relações foram sendo estabelecidas de acordo com a economia local a que passaram a fazer parte. Se por um lado os tipos de terras, diferentes das originais, exigiram uma aprendizagem sobre a forma de lidar com elas, as novas redes sócio técnicas por sua vez determinaram o tamanho e o sentido da mudança.



## 5. Considerações finais

O processo de reterritorialização pela qual as famílias reassentadas vivem reforça a idéia de que as comunidades camponesas embora recebam as agências de mediação e às vezes se utilizem dela, não necessariamente participam de suas propostas e as incorporam em suas vidas. O que mais influenciou os modos de ser, viver e fazer dos grupos reassentados foram as redes de relações que eles estabeleceram entre os agentes internos/externos de diferentes tipos, e que determinaram os novos lugares das redes de reciprocidade (compadrio, parentesco, ajuda mútua) e das redes técnicas e comerciais, regidas por regras de intercâmbio e do mercado (onde acontece a troca de informações, onde compra, onde vende, onde troca).

Pode-se afirmar que novos espaços sócio técnicos foram sendo construídos ao longo dos anos e passaram a ser usufruídos pelas famílias reassentadas. As novas redes estabelecidas com os agentes externos influenciaram novas formas de relação com o ambiente e com os recursos naturais disponíveis, exercendo grande influência nas mudanças dos sistemas produtivos dos grupos reassentados, que variaram de acordo com o ambiente para onde foram realocados, mas que, de uma maneira geral, deixaram de se basear nas “roças de toco”, que era o antigo sistema de lavoura que lhes garantia a produção de mantimentos e a conservação dos recursos naturais. Os novos sistemas produtivos, influenciados tanto pelos novos ambientes como pelas novas redes sócio técnicas, passaram a utilizar insumos vindos de fora (máquina, adubo, defensivos, sementes), num sistema mais aberto e dependente, e pode ser compreendido não somente como uma mudança de técnica, mas também como uma mudança na relação com os bens e os recursos. Assim, apesar de reambientalizados através de um processo de reterritorialização, esses agricultores continuam dependentes do ambiente.

Quanto mais diferente a região para onde foram, maiores as diferenças nos padrões produtivos, maior a tentativa de modernização da agricultura, e maior a possibilidade de bancar esse sistema, tendo em vista a qualidade das terras adquiridas. Para os que saíram da região de origem, maiores também foram as dificuldades de reconstrução de algumas cadeias de relações. Grande a distância da origem, grande o rompimento dos padrões de vida e trabalho, rompimento de relações. E o que não se transporta para as novas terras fica na memória.

*“Você sabe o que eu penso mais de lá? É a saudade da terrinha natal, mas prá mim tanto faz aqui como lá, aqui eu planto, eu colho. (...) Às vezes você pode mudar prá um lugar beleza, mas a sua terrinha natal você não esquece, a gente sente saudades daqueles amigos que ficou prá lá. Meus netos lá, amigo, sobrinho, ficou tudo prá lá, tem hora que eu tenho um desgosto”.* (D. Durvalina, Francisco Dumont)

## Bibliografia

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. **O Ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular**. Campinas: Papirus, 1983.

CAMPOS, Marcio D’Olne. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas? In: AMOROZO, M.C.M., MING, L.C. e SILVA, S.M.P. **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro, SP: UNESP/SBEE, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica. **A pesquisa em educação do campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

GALIZONI, Flávia Maria. A terra em movimento. *In: Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007a.

GALIZONI, Flávia Maria. **A terra construída: família, trabalho e Ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007 b.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, mai./jun. 1995.

GOMÉZ-POMPA, A. e KAUS, A. "Domesticando o mito da natureza selvagem." IN DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo, Hucitec, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes em co-edição com FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1987.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília, DF: UnB, 2002.

MARTINS, Jose de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães *et al.* Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 7, p. 77-99, 2005.

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da renovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 16, abril 2001.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **RBCS**, n.18, ano 7, 1992.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JR, Jeová Torres et al (orgs.). **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

VIERTLER, Renate Brigitte. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M.C.M., MING, L.C. e SILVA, S.M.P. **Métodos de**

**coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas.** Rio Claro, SP: UNESP/SBEE, 2002.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A. **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.